

HISTÓRIAS, INDIVÍDUOS E SUBJETIVIDADES: AS TRAJETÓRIAS COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE NA METODOLOGIA HISTÓRICA

Lucas Barroso Rego
Andréa Cristina de Barros Queiroz

INTRODUÇÃO

No recente universo científico, as narrativas individuais de histórias de vida começaram pelos caminhos da etnologia, seguiram pelos da sociologia e, recentemente, desembocaram nos da historiografia. Após as influências desses campos do conhecimento, as trajetórias individuais passaram a ocupar novos lugares no mundo acadêmico. Cada vida passou a ser reconhecida como única e passível de relato, seja ele biográfico ou autobiográfico¹.

Antes desse desenrolar, porém, o campo da literatura já contava com biografias imponentes de grandes personalidades da história, que faziam parte, segundo Pereira (2018), de uma “tradição monumental” da área. Reunindo biografias extensas e meticolosas, essa forma exigia do biógrafo total conhecimento do objeto, colocando-o em uma posição irrefutável de autoridade e conhecimento em relação ao biografado. Vigorava, assim, um antigo projeto canonizador do *corpus* das biografias literárias.

Essa tradição também pressupunha uma tentativa deliberada de ocultação sistemática do próprio processo biográfico, em vista da elisão narrativa e processual do biógrafo em benefício do biografado. E, mesmo que haja tentativas recentes para flexibilizar as fronteiras dessa “forma canônica da biografia” (PEREIRA, 2018), esse modelo ainda segue conformando e confirmando certas expectativas habituais sobre a poética do gênero no senso comum.

Todavia, o próprio conceito de biografia vai contra um projeto que se pensa ser totalizante. Para Dosse (2015), a escrita biográfica faz parte de um gênero híbrido situado em uma tensão entre representação e imaginação, reprodução e invenção, história e ficção, experiência e fabulação. Uma tensão ambivalente entre fatos e ficção que, por surgir do recurso ficcional inevitável ao caráter lacunar de documentos, aos lapsos temporais e às

¹ Lejeune (2008, p. 14) define a autobiografia da seguinte forma: “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”. Em linhas gerais, possui elementos característicos pertencentes a uma determinada forma da linguagem, temática abordada, situação do autor e posição do narrador, sendo datada historicamente e situada geograficamente.

relações conflitantes entre memória e esquecimento, não seria exclusividade somente da biografia, mas também da própria ciência histórica em si.

Antes desse recente movimento, no entanto, a macro-história ganhou notoriedade e prestígio na primeira metade do século XX por abordar grandes eventos e mudanças de longa duração que marcaram épocas, utilizando documentos, biografias e instituições para apresentar a história por intermédio de grandes acontecimentos. Esse enfoque fortaleceu a ideia de um conceito geral baseado em uma narrativa tradicional. Nesse período, um periódico acadêmico francês intitulado *Annales d'histoire économique et sociale* ganhou notoriedade.

Segundo Ariès (2011), a segunda geração da chamada Escola dos Annales², por exemplo, acabou privilegiando uma história econômica, em uma concepção de história coletiva de ambição humanista capaz de atingir as multidões, diferente de um domínio fechado em meros modelos matemáticos. Uma das primeiras abordagens econômicas da geração foram as monografias regionais em torno da relação entre as movimentações de populações e seus meios de subsistência, bem como também aos períodos de fome e às epidemias.

Esse modo de narrar, porém, gerou desconforto entre historiadores como Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi e Giovanni Levi. Na década de 1970, na Itália, esses intelectuais desenvolveram o conceito de micro-história em torno da revista *Quaderni Storici* e da coleção *Microstorie*, com o objetivo de analisar minuciosamente as subjetividades individuais. Nascia, assim, um novo paradigma historiográfico no campo das Ciências Humanas.

“[...] A micro-história nasceu como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos. Ela pode ter, nesse ponto, valor de *sintoma historiográfico*” (REVEL, 1998, p. 16, grifo nosso). Um sintoma detectado em meio à crise de confiança nas grandes narrativas do final do século XX, no qual a proposição micro-histórica passou a ser tida como meio preciso de (re)formulação.

A proposta da micro-história era enriquecer a análise social, tomando como base os comportamentos individuais, as relações entre indivíduos, as experiências sociais e a constituição de *identidades*³. Assim, adotou-se uma perspectiva a nível local, em que a defasagem entre categorias exógenas e endógenas tornou-se mais definida. A partir da análise dos comportamentos de indivíduos, visava-se à reconstrução das modalidades de agregação e de associação social (REVEL, 1998).

Ainda que a perspectiva micro-histórica esteja em voga atualmente, essa abordagem, em seu início, permaneceu concentrada em um número restrito de programas de pesquisa, grupos e instituições. A própria interpretação de micro-história não foi recebi-

2 A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico do século XX, que se desenvolveu em torno da revista acadêmica francesa *Annales d'histoire économique et sociale*. Esse movimento se destacou por integrar métodos das Ciências Sociais ao estudo da História. Ariès (2011), porém, afirma que não existe uma homogeneidade nas suas três gerações. Mesmo com transformações esporádicas, não seria possível falar em um bloco uniforme existente entre 1929 e 1989. As três gerações, ao longo da história, foram movimentos diferentes e com especificidades únicas.

3 “Identidade” pode ser entendida como uma compreensão de quem somos, de onde viemos e para onde vamos, isto é, das características fundamentais como seres humanos. É o pano de fundo de gostos, desejos, opiniões e aspirações individuais ou coletivos (TAYLOR, 2000).

da de forma homogênea e homóloga. Somente com o tempo, ela foi ganhando notoriedade e popularidade entre os círculos acadêmicos.

As experiências heterogêneas dos pioneiros dessa metodologia propiciaram o confronto entre suas experiências, concepções e abordagens, o que foi fundamental para a emergência de reflexões, interrogações e formulações sobre a produção histórica contemporânea. Acerca de uma recente micro-perspectiva vista, sobretudo na sociologia e na história, muitos trabalhos foram produzidos por intermédio desse método científico.

A partir desse momento, Gomes (1998) pontua a presença de uma (re)valorização do indivíduo e da lógica de suas ações na história, principalmente em vista da mudança na escala de trabalho do historiador associada ao (re)encontro aos arquivos privados e à metodologia inovadora da micro-história. Rejeitando oposições bruscas entre o coletivo e o particular, postulou-se, assim, a dignidade teórica do indivíduo em meio à fecundidade metodológica do subjetivo e do qualitativo.

Os caminhos abertos por essas mudanças historiográficas desembocaram em uma “nova” história política, social e cultural, cujos limites são voláteis e fluidos. Uma história mais próxima de seus próprios atores e sujeitos, cujos processos sociais passaram a possuir uma dimensão humanizada. Uma história capaz de “(...) dar cor e sangue aos acontecimentos, que não ‘acontecem’ naturalmente, mas são produzidos por homens reais, quer das elites, quer do povo” (Gomes, 1998, p. 124). Uma “nova” história (re)escrita de forma verossímil, a partir das ações, dinâmicas de sociabilidade, intimidades e sentimentos de seus próprios agentes.

No início do século XXI, uma das grandes novidades historiográficas foi a nova história política, entendida como história biográfica. Em detrimento de uma história chamada estrutural, a história-biografia foi estruturada a partir de duas ideias-chave, a saber: i) a recusa da tradição limitante de esquemas interpretativos das Ciências Sociais; e ii) a concepção de que a história seria modelada por pessoas, e não apenas por desenvolvimentos anônimos de estruturas mentais fixas (Hespanha, 2003).

Em meio à virada biográfica da história, a investigação da vida dos indivíduos está atrelada aos desenhos de seus amplos panoramas sociais ou intelectuais, os quais, invariavelmente, são influenciados por algum modelo interpretativo abrangente. Desta forma, os vastos cenários (econômicos, culturais, institucionais, legais) nos quais as pessoas – sejam elas de pequena, média ou grande importância – se inserem estão relacionados às suas próprias ações.

Nesse contexto, a noção de “trajetória” desempenhou um papel crucial na virada historiográfica que passou a valorizar a micro-história como um caminho metodológico a ser trilhado. Por meio da análise minuciosa das trajetórias individuais e seus contextos, foi possível enriquecer a compreensão dos cenários sociais e culturais, mostrando como as ações e experiências de indivíduos comuns também moldam a história.

Dada a sua importância histórica, o objetivo deste breve texto é refletir historicamente sobre as possibilidades da aplicação do artifício da “trajetória” para a compreen-

são de fenômenos sociais, culturais e históricos ao longo do tempo. Além disso, por meio dessa noção, busca-se compreender o trabalho do pesquisador em suas afetações e subjetividades, ao tornar inteligíveis os contextos sócio-históricos e culturais em seu ofício.

A elaboração deste capítulo está centrada em uma abordagem qualitativa (Aires, 2011), com foco na análise historiográfica da noção de “trajetória” dentro do campo das Ciências Humanas. Por se tratar de trabalho de natureza teórico-conceitual, a metodologia de pesquisa prioritariamente empregada é análise de textos, a revisão bibliográfica e a história dos conceitos (Koselleck; 1992; 2006) – ou das categorias (Hespanha, 2003) –, procurando examinar como trajetórias individuais podem contribuir para a compreensão de fenômenos mais amplos.

O uso desse caminho metodológico permite explorar as tensões presentes na escrita biográfica e autobiográfica, enfatizando o papel do historiador como um mediador entre o indivíduo e os contextos históricos que o cercam. Dessa forma, a presente análise busca demonstrar como a perspectiva micro-histórica oferece ferramentas para repensar a construção de narrativas e suas implicações na produção do conhecimento histórico na atualidade.

MEMÓRIAS, INDIVIDUALIDADES E VESTÍGIOS

Segundo Romero (2007), o conceito de memória pode ser entendido como uma parte essencial da consciência que um ator social tem do seu próprio passado, estando ligada à identidade e às subjetividades de um indivíduo, grupo ou sociedade. Nesse contexto, o historiador observa que a memória “é feita de lembranças, esquecimentos, distorções, reflexos, subterfúgios, realces, esmaecimentos e mil operações mais” (Romero, 2007, p. 10).

Diferente da memória individual, que seria espontânea e inconsciente, a memória de grupo é deliberada, pois visa servir a um fim específico conhecido pelo sujeito que a executa (Finley, 1989). Nesse sentido, Woisson (2002) afirma que certas circunstâncias podem ativar ou apagar determinadas recordações no tempo presente. Assim, a lembrança é sempre seletiva e uma construção retroativa de um enquadramento do passado (Catroga, 2010).

Pollak (1992) aponta que um dos elementos de construção da identidade é a memória individual e coletiva, sendo um fator constitutivo dos sentimentos de coerência e continuidade de uma pessoa ou um grupo. Nesse sentido, a memória funciona como um importante elemento de reconhecimento e valorização, efetuando “[...] um trabalho de manutenção, de renovação, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização” (FERREIRA, 1997, p. 1).

No que diz respeito à memória coletiva, Pollak (1989) também reconhece seu caráter potencialmente problemático, emblemático e conflituoso entre diferentes formas de recordar. Ele destaca possíveis oposições entre memórias “oficiais” e memórias subterrâneas dos excluídos, marginalizados e minorias, pontuando a disputa entre a reabilitação metodológica das marginalidades e o caráter opressor de uma memória coletiva nacional.

As memórias categorizadas como “subterrâneas”, apesar de aparentemente personalizadas, emergem e se consolidam no contexto das relações sociais. Mesmo silenciadas, essas memórias desempenham um papel fundamental na produção e percepção de sentimentos de pertencimento a passados compartilhados, essenciais para a construção de identidades fundamentadas tanto em registros históricos materiais quanto no domínio simbólico e privado (Halbwachs, 2006).

No cerne dessas dualidades, o passado permeia o presente não apenas pelo ato de vontade ou convocação, mas pelo advento de uma lembrança – soberana, instável, incontável e incompleta (Sarlo, 2007). Independentemente das tentativas de silenciamento, o passado resiste nos sujeitos e invade o presente, sendo parte fundamental de sua existência histórica.

As recordações existem na subjetividade pessoal e, em virtude disso, a consciência do eu está condicionado a partir da socialização e da comunicação com os outros. Dessa forma, segundo Catroga (2001), a memória individual só é formada a partir da coexistência tensional e conflitiva entre diversas memórias (dentre elas, as pessoais, as familiares, as grupais, as regionais e as nacionais), que, por estarem em construção permanente, estão sujeitas a alterações ocorridas no campo das re-presentações do pretérito.

As memórias subterrâneas, silenciadas e marginalizadas pela história oficial, cristalizam-se nos pequenos detalhes dos indivíduos dominados. Compreender e analisar essas memórias e seus receptáculos é fundamental para desvelar as lacunas e as distorções da “narrativa oficial”. Nesse contexto, a trajetória de vida é reivindicada na historiografia como um caminho possível para esse processo analítico.

Desde à antiguidade até a contemporaneidade, pequenas pistas de eventos não diretamente experimentados por um observador podem ser entendidas como indícios mínimos de um meticuloso caminho de reconstituição histórica de uma determinada realidade. Nesse sentido, o método indiciário abre a possibilidade de flexibilidade e integralidade nas ciências humanas, centrando-se na análise de elementos imponderáveis, como os sentidos e a intuição de qualquer observador (Ginzburg, 1989).

Em conclusão, a análise das memórias individuais e coletivas revela uma complexidade na forma como o passado pode ser evocado e interpretado. A memória, como um processo dinâmico e multifacetado, não é apenas um reflexo das experiências passadas, mas um construto moldado por seleções, distorções e reconstruções contínuas. A interação entre memórias oficiais e subterrâneas destaca a tensão entre o reconhecimento de identidades históricas e os esforços para manter uma narrativa coesa e dominante.

Compreender, assim, esses vestígios do passado, muitas vezes fragmentados e negligenciados, é essencial para desvendar as lacunas e contradições nas narrativas históricas estabelecidas de modo oficial. O método indiciário, ao focar nos detalhes minuciosos e nas intuições dos observadores, oferece uma abordagem possível para explorar essas memórias e reconstruir a riqueza da experiência humana ao longo do tempo.

AS TRAJETÓRIAS COMO POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS: UM BREVE OLHAR PARA A HISTÓRIA

O lugar do indivíduo nas ciências humanas foi recebido com críticas e desconfianças no século XVII. Em um contexto de sobrepujança dos métodos físico-matemáticos, esses julgamentos estavam ancorados na ilusão universalista de que, à medida que os atributos individuais fossem levados em consideração, a viabilidade de um conhecimento científico rigoroso e autêntico tenderia a dissipar-se ainda mais. Com exceção da medicina, as disciplinas indiciárias do cotidiano ocupavam, assim, uma posição ambígua, marginalizada e desprestigiada em relação às outras nesse período (Ginzburg, 1989).

Ao passo que as ciências naturais acabavam sacrificando o conhecimento do elemento individual à generalização nas primeiras décadas do século XVII, as ciências humanas procuraram elaborar um paradigma diferente pautado em uma cientificidade do próprio indivíduo. Surgia, assim, a união entre um paradigma divinatório e um paradigma generalizante – a união, mas também a capacidade de diferenciação. Houve, assim, tentativas de introduzir o método matemático nos estudos analíticos dos fatos humanos, a partir de métodos estatísticos, leituras quantitativas e determinações biológicas. Porém, essa alternativa resultou em incertezas e dubiedades, sobretudo na medicina, quando especificidades recaíam em indivíduos e confrontavam o conhecimento geral das doenças. A necessidade de um olhar indiciário gerou nós epistemológicos nas ciências humanas em meio a formulações desbotadas e empobrecidas. Décadas a seguir, entretanto, esse movimento generalista das ciências da natureza foi sentido pelas humanidades (Ginzburg, 1989).

Um novo olhar moderno para a natureza interior de cada indivíduo deu-se em virtude do declínio do Antigo Regime e de seu modo socialmente derivado de identificação estamental. Em seu lugar, o nascimento de uma sociedade democrática possibilitou um novo ideal de autenticidade baseado na dialogicidade, originalidade e liberdade. Nesse contexto, identidade e reconhecimento possuem um estreito vínculo com o caráter fundamentalmente dialógico do espírito humano, que, por sua vez, é manifesto nos modos de expressão apreendidos nos intercâmbios com outras pessoas. Prevalece-se, assim, uma demanda dialógica, aberta ou interna, de produção e manutenção de uma identidade frente a um ideal monológico (Taylor, 2000).

Ao longo do século XVIII, ocorreram mudanças significativas nas abordagens historiográficas. Uma verdadeira ofensiva cultural foi desencadeada pela burguesia, que se apropriou de uma considerável parcela do conhecimento cotidiano, indiciário e não-indiciário, de artesãos e camponeses. Simultaneamente, também ocorreu uma intensificação marcante de um vasto processo de aculturação, já iniciado durante a Contrarreforma, embora com formas e conteúdos distintos. O símbolo e instrumento central dessa ofensiva foi, sem dúvida, a *Encyclopédie*. Surgiram, assim, novas formulações de antigos saberes que popularizaram-se por meio dos livros.

Nas décadas de 1870 e 1880, a literatura de imaginação facilitou o surgimento de um modelo epistemológico no âmbito das ciências humanas: um método indiciário e

semiótico que privilegiava os detalhes, em detrimento de características mais vistosas. Em oposição ao arquétipo científico centrado na física galileana – quantitativa e antiantropocêntrica –, esse paradigma individualizante foi visto, com o tempo, em diversas disciplinas qualitativas que possuíam casos, situações e documentos individuais como objetos de pesquisa, dentre elas a filologia, a crítica textual, a grafologia, a frenologia, a paleografia, a fisiognomonia, a medicina, a arte e a história.

Entre as ciências da natureza e as ciências humanas, o método indiciário foi sendo incorporado, aos poucos, ao fazer científico e nos variados âmbitos cognoscitivos da segunda área, sobretudo a partir do olhar semiótico da medicina moderna. Minuciosas particularidades passaram a ser o foco de estudos de fenômenos mais gerais nas ciências humanas, como na paleografia e na psicanálise, por exemplo. Por conta do conhecimento histórico ser indireto, indiciário e conjectural, essa metodologia encontrou, com o passar dos anos, um terreno fértil na ciência social da história (Ginzburg, 1989).

O estudo da história do século XX foi possibilitado pelo aprofundamento das discussões sobre as relações entre passado e presente na história e do rompimento da ideia que identificava objeto histórico e passado como “mortos” e incapazes de serem reinterpreta- dos em função do tempo presente. Foi nesse ínterim que o debate sobre a memória e suas relações com a história pode ser expandido (Ferreira, 2002).

Entretanto, a crise da ideia de subjetividade contribuiu para a perda do domínio do sujeito na segunda metade do século XX. As rupturas vistas na década de 1970 impuseram barreiras às vivências do tempo passado no presente. Um sintoma desse processo foi, por exemplo, a dúvida criada em torno da validade dos testemunhos autobiográficos, da subjetividade e da representação, sobretudo na literatura. O sujeito que fala de si mesmo passou a ser visto como um ser mascarado (Sarlo, 2007).

A primazia dos sujeitos expulsos durante esses anos, todavia, foi recuperada pelo campo dos estudos da memória e da memória coletiva. Com isso, suas experiências e representações passaram a ser declaradas como possíveis na historiografia. A profusão de testemunhos sobre eventos traumáticos trouxe o debate do poder de restauração do sujeito-testemunha, que foi acompanhado por um forte ceticismo.

Na América Latina, a questão da memória social ganhou relevância devido às experiências traumáticas vivenciadas durante as ditaduras civil-militares ocorridas entre as décadas de 1960 e 1980. Assim como em outras partes do mundo, essa abordagem da memória surge como resposta a uma demanda social por não esquecer os horrores desses períodos, uma demanda compartilhada pela sociedade que direta ou indiretamente enfrentou esses eventos (Groppo, 2015). A memória individual tornou-se, assim, uma ferramenta crucial para a reconstrução de laços sociais e comunitários que foram rompidos devido à violência.

Em síntese, a evolução metodológica das ciências humanas revela uma trajetória de crescente valorização da subjetividade e do indivíduo, refletindo uma mudança paradigmática que se distanciou do rigorismo das ciências naturais em favor de uma com-

preensão mais nuançada das experiências humanas. Desde o século XVII, as ciências humanas enfrentaram desafios para integrar o conhecimento individual dentro de uma estrutura científica, passando de uma marginalização inicial para uma abordagem que reconhece a importância dos detalhes e das particularidades.

A transição para o século XX trouxe um renascimento do interesse por memórias individuais e coletivas, principalmente em contextos traumáticos como as ditaduras civis-militares, demonstrando a relevância do sujeito e da memória na construção histórica. Assim, as trajetórias individuais, longe de serem apenas curiosidades do passado, tornaram-se fundamentais para uma historiografia que busca compreender a complexidade das experiências humanas e suas contribuições para a formação da identidade coletiva e social. O método indiciário, ao focar nas especificidades e na narrativa pessoal, proporciona uma base para a reinterpretação histórica, sublinhando a importância de reconhecer e integrar essas dimensões no estudo das ciências humanas.

Ao tratar de questões relacionadas às identidades no campo histórico, é crucial destacar que essas não são fixas nem estáveis, conforme argumentado por Stuart Hall (1980, 1997, 2020). Identidades são construções sociais e históricas, que se transformam ao longo do tempo em resposta a contextos culturais, políticos e econômicos. Elas são, portanto, fluidas, sempre em processo de formação e reformulação. Essa fluidez tem implicações significativas para a pesquisa histórica, especialmente quando se adota metodologias como a micro-história, que busca reconstruir a trajetória de indivíduos ou grupos específicos em tempos e espaços determinados.

Na micro-história, que se foca em detalhes minuciosos da vida cotidiana para compreender processos mais amplos, as mudanças identitárias influenciam diretamente a interpretação e a análise dos dados obtidos. Dependendo do período histórico estudado, diferentes aspectos da trajetória pessoal de um indivíduo ou de uma coletividade podem ser destacados, refletindo as transformações identitárias ocorridas ao longo de suas vidas. Por exemplo, uma pessoa pode ter assumido diversas identidades – de gênero, de classe, étnicas ou profissionais – em momentos distintos, conforme as pressões e oportunidades históricas que se apresentaram. A identidade que essa pessoa projeta em um momento particular pode diferir radicalmente daquela apresentada em outro momento de sua vida, o que impacta as narrativas que ela pode fornecer ou que os registros históricos podem refletir.

Esse caráter mutável das identidades é fundamental para se compreender como indivíduos e grupos interpretam e narram suas experiências históricas. Ao utilizar a micro-história como metodologia, o pesquisador precisa estar atento a essas transformações identitárias, reconhecendo que as subjetividades estão em constante movimento. Portanto, a análise micro-histórica não deve tratar os relatos ou as evidências históricas como retratos fixos de uma realidade única, mas sim como fragmentos de um contínuo processo de construção de si. Isso exige uma abordagem sensível e crítica, que considere

as diversas camadas de significados que as identidades assumem em diferentes contextos históricos, bem como as forças sociais e políticas que moldam essas mudanças.

AS TRAJETÓRIAS E SUAS SUBJETIVIDADES NA PRÁTICA DO PESQUISADOR

Em torno das possibilidades historiográficas que as trajetórias abrem, Bourdieu (1996) nos alerta que tratar a vida a partir de um relato *coerente* de uma sequência de acontecimentos com significado e direção definidos pode ser o sintoma de uma ilusão retórica. Em seus caminhos e encruzilhadas, uma vida é uma história de múltiplos e inenarráveis capítulos. De modo micro-histórico, narrá-la é percorrer por fragmentos de acontecimentos de uma existência individual, cuja vida está inserida em contextos amplos de condicionantes temporais, sociais, econômicos e culturais. Isto é, históricos.

Assim como o próprio rumo da história, a trajetória de uma vida não é guiada por um deslocamento lógico, linear, coerente, unidirecional, orientado e teleológico. Existem encruzilhadas, emboscadas, imprevisibilidades e acontecimentos que marcam, de modo singular e diversificado, a passagem de cada existência individual. Nas palavras de Bourdieu (1996), esse modo de pensar “[...] conduz à construção da noção de *trajetória* como série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço em que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (Bourdieu, 1996, p. 189, grifos do autor).

Em vista das transformações pessoais, sociais e culturais e suas diferentes conexões entre si, é fundamental abordar as trajetórias a partir de colocações e deslocamentos no espaço social, em detrimento da noção de série única. Em meio a essa perspectiva, narrar uma trajetória individual, por parte do historiador, demanda um intenso trabalho de localização e contextualização do indivíduo em meio aos seus diversos papéis e a suas relações sociais com outras vidas.

Como síntese, Bourdieu (1996) também alerta que:

[...] não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (Bourdieu, 1996, p. 190).

Além disso, a escrita de uma micro-história a partir de arquivos pessoais também requer um grande esforço para equilibrar o público e o privado, a seriedade e a espontaneidade, o objetivo e o subjetivo, a exterioridade e a intimidade do sujeito-objeto escolhido. Ponderar cada uma delas entre si é fundamental para garantir uma narrativa minimamente coerente da polissemia dos papéis, imagens, atributos e atribuições sociais desempenhados pelo agente narrado. Em detrimento das noções de monotonia e linearidade, é imprescindível resgatar, valorizar e dosar a diversidade das ações individuais nos mais diferentes campos da *superfície social* (Bourdieu, 1996).

Assim como a própria história, a trajetória de uma vida não segue um deslocamento lógico, linear, coerente, unidirecional ou teleológico. Existem encruzilhadas, embosca-

das, imprevisibilidades e acontecimentos que marcam de modo singular cada existência individual. Narrar uma trajetória é percorrer fragmentos de eventos dessa existência, inserida em contextos amplos de condicionantes temporais, sociais, econômicos e culturais. Nesse sentido, a trajetória de um indivíduo adquire significado crucial ao se tornar um elemento constituinte – não apenas contido, mas formador – da sociedade. A memória desse indivíduo ganha grande relevância historiográfica, pois suas experiências pessoais, desejos, sofrimentos, decepções, privações e traumas delineiam a singularidade de sua identidade como indivíduo social (Ferreira, 1997).

O reconhecimento possui uma importância em dois âmbitos. No nível íntimo, é fundamental para a construção de uma identidade original, a partir do diálogo contínuo com outros relacionamentos interpessoais. Já no plano social, o seu componente dialógico é necessário para a formação de uma sociedade democrática saudável, o que faz com que uma política de reconhecimento igual desempenhe um papel cada vez mais importante contra certa opressão. Ambos são fomentados pelo ideal crescente de autenticidade na modernidade (Taylor, 2000).

Esses novos olhares sobre o passado e seus personagens demandaram novas exigências do método historiográfico, sobretudo para atender às escutas sistemáticas de discursos da memória, como diários, cartas, conselhos e orações. O aparecimento dessas demandas coincidiu com a renovação metodológica e temática que os estudos culturais e a sociologia da cultura realizaram sobre o tempo presente. Para analisar as novas reconstituições do passado, a introdução da dimensão subjetiva e do inventário etnográfico pode ser a forma adotada para a abordagem desses novos objetos.

A aproximação entre experiência e relato possibilitou as suas próprias representações, mesmo com o reconhecimento do caráter incompleto da história. Para analisá-las, Sarlo (2007) pontua uma necessidade imaginativa no percurso do pesquisador que a leva para fora de si mesma e a torna reflexiva. Nessa jornada, a história jamais poderá ser completamente narrada e nunca terá um desfecho, pois nem todas as posições podem ser exploradas e sua acumulação tampouco resulta em uma totalidade.

Concluindo, a análise das trajetórias e suas subjetividades revela a complexidade e a riqueza inerentes à prática historiográfica. A compreensão das vidas individuais, longe de seguir um caminho linear e coerente, exige um exame cuidadoso dos contextos sociais, culturais e temporais que moldam essas experiências. A abordagem micro-histórica, ao considerar as encruzilhadas e imprevisibilidades das trajetórias pessoais, transcende a narrativa simplificada e abraça o dinamismo das vidas humanas.

Reconhecer e valorizar a singularidade das memórias e dos relatos pessoais não só enriquece a historiografia, mas também promove uma compreensão mais profunda da identidade social e da construção de sociedades mais inclusivas e autênticas. A abordagem metodológica que integra essas dimensões subjetivas e contextuais não apenas expande as possibilidades da pesquisa histórica, mas também fortalece a capacidade histórica de entender e conectar o passado com o presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das trajetórias individuais dentro das ciências humanas tem se mostrado um caminho metodológico promissor para a compreensão de fenômenos sociais, culturais e históricos. Ao explorar as subjetividades e afetações dos sujeitos, a historiografia contemporânea enriquece seu entendimento sobre os contextos sócio-históricos, revelando dimensões ocultas ou marginalizadas pela macro-história tradicional. Nesse sentido, a valorização das micro-histórias, biografias e memórias subterrâneas possibilita uma visão mais ampla e diversificada da realidade histórica, onde os indivíduos, suas experiências e relações sociais ganham centralidade.

O percurso da biografia e da micro-história, desde suas origens na etnologia e sociologia até sua incorporação na historiografia, demonstra a flexibilidade e a capacidade de adaptação dessas metodologias frente às necessidades de um olhar mais detalhado e humano sobre o passado. Ao reconhecer a importância das subjetividades e das memórias individuais e coletivas, a historiografia rompe com a rigidez da tradição monumental e canônica, abrindo espaço para narrativas mais inclusivas e plurais.

A aplicação do método indiciário, ao focar-se em detalhes aparentemente insignificantes, permite a reconstrução de realidades complexas e multifacetadas. Essa abordagem, que valoriza os indícios, pistas e fragmentos, desafia a ideia de uma história única e linear, propondo uma visão onde a diversidade e a complexidade das experiências humanas são valorizadas. Ao incorporar essas metodologias, os historiadores conseguem captar as nuances das trajetórias individuais e suas interações com os grandes cenários econômicos, culturais e institucionais.

Ao longo deste capítulo, foram discutidas as transformações na historiografia e a importância das trajetórias individuais como um recurso metodológico valioso. A reflexão sobre as memórias, individualidades e vestígios mostra como essas narrativas podem contribuir para uma compreensão mais profunda e empática dos fenômenos históricos. Através da análise das vidas e das experiências dos sujeitos, é possível revelar as conexões entre o micro e o macro, entre o individual e o coletivo, proporcionando uma visão mais rica e integrada da história.

A proposta de uma historiografia que valorize as trajetórias e as memórias individuais não apenas enriquece o campo acadêmico, mas também promove uma maior humanização do conhecimento histórico. Ao reconhecer as afetações e as subjetividades dos pesquisadores e dos sujeitos estudados, cria-se um espaço para uma história mais próxima das realidades vividas, onde as vozes silenciadas e marginalizadas encontram lugar e significado. Esse enfoque permite uma ressignificação dos saberes históricos, tornando-os mais acessíveis e relevantes para a sociedade contemporânea.

Em suma, a valorização das trajetórias individuais e das memórias na historiografia contemporânea reflete uma mudança paradigmática na forma de entender e narrar a história. Ao focar nas subjetividades e nas experiências humanas, essa abordagem metodológica oferece uma visão mais completa e diversificada do passado, contribuindo para

a construção de um conhecimento histórico mais inclusivo e significativo. Por meio da análise minuciosa das vidas individuais, é possível não apenas entender os grandes processos históricos, mas também revelar as histórias invisíveis que compõem o tecido social e cultural de cada época.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Luísa. **Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional**. Lisboa: Universidade Aberta, 2011.
- ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. *In*: NOVAIS, Fernando (Org.). **Nova história em perspectiva**. v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011. cap. 10. p. 268-295.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-191.
- CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/11315>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: EdUSP, 2015.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. **Projeto História**. Ética e História oral, São Paulo, n. 15, p. 157-164, abr. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11227>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, v. 3, p. 314-332, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X003006013>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- FINLEY, Moses. **Uso e Abuso da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 121-128, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2069>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- GROPPO, Bruno. “O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina”. *In*: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. **História e memória das ditaduras do século XX**. v. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 39-56.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.
- HALL, Stuart; HOBSON, Doroty; LOWE, Dorothy; WILLIS, Paul (Orgs.). **Culture, Media, Language**. London/New York: Routledge/CCCS, 1980.
- HALL, Stuart. “The work of representation”. *In*: HALL, Stuart (Org.). **Representation: cultural representations and signifying practices**. Londres: Sage/The Open University, 1997
- HESPANHA, António Manuel. Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar. **Análise Social**, v. 38, n. 168, p. 823-840, 2003. Disponível em: <https://praticasdahistoria.pt/article/download/22474/16568/87166>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: periodicos.fgv.br/reh/article/view/1945. Acesso em: 17 set. 2023.
- LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- PEREIRA, Antonio Marcos. “La poética del proceso”. *In*: AVARO, Nora; MUSITANO, Julia; PODLUBNE, Judith (Orgs.). **Un arte vulnerable: la biografía como forma**. Rosário: Nube Negra, 2018. p. 19-30.

- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, n. 10, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ROMERO, Luis Alberto. A memória, o historiador e o cidadão. A memória do Processo argentino e os problemas da democracia. **Topoi**, v. 8, n. 15, p. 9-23, jul. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X008015001>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- TAYLOR, Charles. **Argumentos Filosóficos**. Edições Loyola: São Paulo, 2000.
- WOISSON, Diana Quattrocchi. Histoire, mémoire et justice en Argentine. Le débat. **Mémoire du XX siècle**, Paris, n. 122, p. 78-88, nov.-dez. 2002.